

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.

CNPJ: 01.522.368/0001-82

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTE AOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	4
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
BALANÇO PATRIMONIAL	
Semestre findo em 30 de junho de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
Para os Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023	10
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	
Para os Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023	11
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Para os Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023	12
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
Para os Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Para os Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023	14



Submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. (“Banco”) com os respectivos Relatórios da Administração, dos Auditores Independentes e do seu Comitê de Auditoria, relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

Negócios

As operações do Banco concentraram-se na oferta de soluções às necessidades dos clientes corporativos e institucionais por meio da sua plataforma de CIB (*Corporate & Institutional Banking*) colocando, para tanto, à disposição a estrutura do Grupo BNP Paribas no Brasil e no exterior. O Banco mantém também o controle do capital da BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda., uma das maiores gestoras de recursos de terceiros do país.

Gestão de Pessoas

O Banco tem como parte de sua missão construir um ambiente cada vez mais diverso e inclusivo bem como promover igualdade de oportunidades e desenvolvimento contínuo para seus colaboradores e colaboradoras. Neste contexto, mantém programas de estímulo à formação e aprimoramento profissional no aprendizado de idiomas e reembolsos educacionais; subsídio à pós-graduação, mestrado e doutorado; programas de formação de liderança; *Graduates* (programa de trainees para recém-formados); programas de mentoria para populações subrepresentadas, oferta de vagas afirmativas de estágio para estudantes pretos e pardos e de emprego para pessoas com deficiência; e, patrocínio do *DnA Women*, programa de formação profissional focado na entrada de mulheres no mercado financeiro, realizada em conjunto com outros bancos internacionais, que está em sua sexta edição.

Desempenho Econômico-Financeiro

O Banco atua no Brasil com uma plataforma diversificada de produtos e serviços voltada ao atendimento de clientes corporativos e institucionais. Esse modelo diversificado e capacidade de execução permitiu ao Banco apoiar sua base de clientes com a contínua oferta de crédito, a prestação de serviços especializados, como cash management, administração de recursos de terceiros e custódia, *advisory* em fusões e aquisições, apoio ao comércio exterior, acesso a mercados internacionais, produtos de tesouraria e gestão de riscos. O Banco BNP Paribas Brasil S.A. encerrou o primeiro semestre de 2024 com prejuízo líquido de R\$55 milhões versus lucro líquido de R\$107 milhões no primeiro semestre de 2023, redução essa causada pelos efeitos da incorporação do Banco Cetelem em 1 de agosto de 2023. As demais linhas de negócios apresentaram resultados positivos compatíveis com o plano de crescimento no país. A posição de capital do banco permanece sólida frente aos riscos da instituição, com um Índice de Basileia de 17,52%.

Finanças Sustentáveis e Compromissos Socioambientais

O Grupo BNP Paribas, reafirma seu compromisso público em promover uma economia mais sustentável e inclusiva e se destaca por uma atuação forte e pioneira em sustentabilidade. Em 2024 fomos reconhecidos, em conjunto com outras entidades do Grupo BNP Paribas na América Latina, pelo terceiro ano consecutivo, como o melhor banco da América Latina para finanças sustentáveis pelo *Euromoney Awards for Excellence*. A *Euromoney* reconheceu a liderança do Banco no desenvolvimento das finanças sustentáveis na região e destacou suas transações realizadas em setores como o de biocombustíveis e financeiro, além de uma operação de comercialização de créditos de carbono decorrentes de projetos de conservação na Amazônia. A conquista reforça a estratégia do Banco em oferecer produtos e serviços que promovam benefícios socioambientais e soluções de baixo carbono aos seus clientes. Além das políticas e compromissos de Responsabilidade Social Corporativa, o Banco implementa ainda um conjunto de políticas e procedimentos de natureza ambiental, social e climática. Globalmente, o Banco é ainda signatário de iniciativas voluntárias, como o *Net Zero Banking Alliance* e os Princípios para Responsabilidade Bancária (PRB), ambos coordenados pela Iniciativa Financeira da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI).

Ouvidoria

Os atendimentos feitos pela Ouvidoria de Clientes no período foram todos resolvidos satisfatoriamente dentro do prazo regulatório.

A Diretoria



O Comitê de Auditoria do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco") apresenta o relatório de suas atividades desenvolvidas no primeiro semestre de 2024.

O Comitê de Auditoria do Banco é composto por cinco membros, sendo três externos e independentes, um deles nomeado Presidente do Comitê.

O Comitê de Auditoria endossou a contratação, a partir de janeiro de 2024, da Deloitte Touche Tohmatsu como empresa de auditoria independente, responsável pelas demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A., em substituição à PricewaterhouseCoopers, em linha com as orientações gerais do Grupo.

O Comitê de Auditoria é responsável por avaliar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras, a efetividade do ambiente de controles internos e da Auditoria Interna e Externa da Entidade do Banco. As análises e conclusões do Comitê de Auditoria são baseadas única e exclusivamente nas informações recebidas dos organismos de controle existentes na Instituição. Não há trabalhos de campo realizados pelos membros desse Comitê.

Merece registro o fato de que as atividades do Comitê foram livremente conduzidas por seus membros sem qualquer obstáculo oferecido pela Direção do Banco ou por qualquer de seus prepostos. O mesmo ocorreu em relação às auditorias interna e externa, que atestaram ao Comitê terem executado seus trabalhos no período sem qualquer obstáculo, que receberam todas as informações solicitadas em tempo e forma, não tendo sido identificada qualquer dificuldade ou restrição neste aspecto.

Com o objetivo de avaliar a efetividade dos processos de controles internos do Banco, o Comitê de Auditoria recebeu relatórios contendo avaliação sobre a qualidade dos controles executados pelas primeiras e segundas linhas de defesa, bem como o atendimento das recomendações formuladas pela Auditoria Interna, Auditores Externos e pelos órgãos de Supervisão. Baseado nessa avaliação, o Comitê de Auditoria concluiu que os processos de controles internos do Banco são compatíveis com o volume e complexidade de seus negócios.

O Comitê de Auditoria também se reuniu com a Auditoria Interna e a Auditoria Externa, ocasião em que pôde constatar sua independência na execução de seus trabalhos.

Com base nos resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna que, entre outros, avalia a efetividade dos sistemas e processos de governança, cumprimento da legislação, gerenciamento de risco e controles internos bem como responsabilidades das gerências, o Comitê concluiu também que a Auditoria Interna continua a demonstrar eficiência no atendimento de seus objetivos.

O Diretor responsável pela estrutura de gerenciamento de riscos esclareceu ao Comitê de Auditoria que os riscos que poderiam impactar de modo relevante as demonstrações financeiras do Banco foram considerados no exercício de Teste de Estresse em 30 de junho de 2024 resultando em um ratio de Basileia acima do mínimo regulatório.

O Comitê de Auditoria nas discussões com o Contador responsável e membros do departamento de Contabilidade do Banco, bem como com o auditor externo responsável pelas demonstrações financeiras do Banco (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.) recebeu todas as explicações esperadas e solicitadas acerca das demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Com base nisto, o Comitê de Auditoria, em conjunto com a empresa de auditoria externa, concluíram que as referidas demonstrações financeiras apresentavam uma visão verdadeira e justa das atividades do Banco durante o primeiro semestre de 2024, consistentes com o primeiro semestre de 2023, razão pela qual os membros do Comitê de Auditoria recomendam à Diretoria Executiva a aprovação das demonstrações financeiras do Banco encerradas em 30 de junho de 2024, as quais serão objeto de publicação e divulgação no prazo legal.

São Paulo, 21 de agosto de 2024.

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
Comitê de Auditoria



Aos Administradores e Acionistas do
Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída observando os parâmetros estabelecidos pelas normas regulamentares do BACEN, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.682/99, e fundamentadas nas análises das operações de crédito, que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações e aos devedores, de acordo com as políticas internas que consideram o estabelecimento de "ratings" de crédito. Em adição ao mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99, o Banco complementa, quando necessário, suas estimativas por meio da constituição de uma provisão complementar a mínima requerida.

O Banco utiliza modelo interno na determinação dessa provisão complementar, que leva em consideração dados econômico-financeiros, de mercado, experiência de perda histórica, expectativa futura, entre outros, envolvendo assim o uso de premissas e julgamentos da Administração, com o objetivo de representar sua melhor estimativa quanto ao risco de crédito de sua carteira.

Devido à relevância da carteira de operações de crédito, do uso de estimativa e de julgamento por parte da Administração utilizados no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco para a carteira de operações de crédito; (b) leitura da política de provisionamento do Banco para a carteira de operações de crédito; (c) envolvimento de especialistas na revisão do modelo interno utilizado; (d) entendimento dos processos relacionados a atribuição de "ratings" aos devedores e suas respectivas operações; (e) análise dos critérios de provisionamento dessas operações, com base em amostra, e da aderência aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração do Banco para estimar a provisão para créditos de liquidação duvidosa são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



2. Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos

O Banco aplica modelos internos de precificação para mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos, que incluem premissas como curvas futuras de taxas de juros, de câmbio, de *índices de preços*, e de rendimento. A mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos foi considerada uma área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras, ao uso de julgamento da Administração e à utilização de técnicas de precificação baseadas em modelos internos que levam em consideração dados observáveis ou referenciais de mercado. Esses instrumentos financeiros derivativos *são representados substancialmente por swaps*, operações a termo e opções.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento dos processos relevantes que envolvem a mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos; (b) entendimento e análise da metodologia de marcação a mercado desenvolvida internamente pelo Banco; (c) recálculo independente, com o apoio de nossos especialistas de precificação e em base amostral, dos cálculos de mensuração do valor justo; e (d) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração do Banco para mensurar o valor justo desses instrumentos financeiros derivativos são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outro auditor independente que emitiu relatórios datados de 25 de agosto de 2023 e de 25 de março de 2024, respectivamente, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Banco para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Banco e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de agosto de 2024.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2SP011609/O-8

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1SP236588/O-4



BALANÇO PATRIMONIAL

Semestre findo em 30 de junho de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

ATIVO	NOTAS	30.06.2024	31.12.2023
Circulante e Não Circulante		97.550.048	94.404.312
Caixa e equivalentes de caixa		5.416.029	4.752.869
Disponibilidades		470.747	362.583
Aplicações no mercado aberto	(4)	4.693.220	3.480.755
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(4)	235.319	-
Aplicações em moedas estrangeiras	(4)	16.743	909.531
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(4)	558.002	318.722
Aplicações em depósitos interfinanceiros		142.389	313.641
Aplicações em moedas estrangeiras		415.613	5.081
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	26.177.655	31.125.547
Carteira própria		9.664.796	12.993.051
Vinculados a compromissos de recompra		1.623.995	1.445.564
Vinculados à prestação de garantias	(5.2.3)	1.966.382	1.414.434
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		2.903.944	2.288.720
Instrumentos financeiros derivativos		10.018.538	12.983.778
Relações interfinanceiras		4.191	4.185
Créditos vinculados - depósitos no BACEN		4.163	3.825
Correspondentes		28	360
Operações de crédito		4.378.340	6.105.114
Setor privado	(6.1)	4.645.806	6.507.015
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.2)	(267.466)	(401.901)
Outros créditos		60.963.280	52.015.944
Carteira de câmbio	(7.1)	57.725.801	48.602.972
Rendas a receber		55.288	60.798
Negociação e intermediação de valores		105.170	34.919
Títulos e créditos a receber	(6.1)	780.071	903.422
Ativos fiscais correntes e diferidos	(7.2)	1.344.588	1.281.489
Diversos	(7.3)	978.382	1.161.674
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(26.020)	(29.330)
Outros valores e bens		52.551	81.931
Despesas antecipadas		52.551	81.931
Permanente		223.469	227.862
Investimentos		167.708	164.631
Participação em controladas no país	(8)	167.539	164.363
Outros investimentos		169	268
Imobilizado de uso		33.289	37.585
Outras imobilizações de uso		129.845	137.331
Depreciação acumulada		(96.556)	(99.746)
Intangível		22.472	25.646
Ativos intangíveis		122.866	120.687
Amortização acumulada		(100.394)	(95.041)
TOTAL DO ATIVO		97.773.517	94.632.174

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



BALANÇO PATRIMONIAL

Semestre findo em 30 de junho de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

PASSIVO	NOTAS	30.06.2024	31.12.2023
Circulante e Não Circulante		93.883.505	90.639.227
Depósitos	(9)	7.350.248	11.003.030
Depósitos à vista		854.312	966.268
Depósitos interfinanceiros		509.834	1.531.971
Depósitos a prazo		5.748.301	8.300.659
Depósitos em moeda estrangeira		237.801	204.132
Captações no mercado aberto	(10)	6.644.912	5.554.242
Carteira própria		1.593.215	1.396.691
Carteira de terceiros		2.135.162	1.899.409
Carteira de livre movimentação		2.916.535	2.258.142
Recursos de aceites e emissão de títulos	(11)	826.763	1.306.029
Obrigações por emissão de letras financeiras		170.512	796.288
Captações por certificado de operações estruturadas		656.251	509.741
Relações interfinanceiras		919	6.179
Recebimentos e pagamentos a liquidar		919	6.179
Relações interdependências		164.783	101.095
Recursos em trânsito de terceiros		164.783	101.095
Obrigações por empréstimos e repasses	(12)	12.038.325	10.303.562
Empréstimos no exterior		9.572.662	7.261.740
Repasses do país		69.001	103.854
Repasses do exterior		2.396.662	2.937.968
Instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	9.354.112	12.734.346
Instrumentos financeiros derivativos		9.354.112	12.734.346
Outras obrigações		57.503.443	49.630.744
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.905	10.524
Carteira de câmbio	(7.1)	53.255.606	45.448.824
Sociais e estatutárias		12.994	19.548
Obrigações fiscais correntes e diferidas	(13.1)	305.417	299.854
Negociação e intermediação de valores		39.990	20.305
Provisão para passivos contingentes	(13.3)	923.702	946.687
Provisão para garantias financeiras prestadas	(21.1)	59.880	64.696
Dívida subordinada	(13.2)	2.177.068	1.975.184
Diversas	(13.4)	726.881	845.122
Patrimônio líquido	(14)	3.890.012	3.992.947
Capital social:		2.759.093	2.755.679
De domiciliados no país		23	1.001.088
De domiciliados no exterior		2.759.070	1.754.591
Reservas de lucros		1.184.181	1.148.297
Ajuste de avaliação patrimonial		2.181	88.971
Prejuízo acumulado		(55.443)	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		97.773.517	94.632.174

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Página 9



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	<u>NOTAS</u>	<u>30.06.2024</u>	<u>30.06.2023</u>
Receitas da intermediação financeira		3.123.605	1.516.518
Operações de crédito		273.487	121.666
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.142.174	2.398.046
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		1.580.480	(1.369.915)
Resultado de operações de câmbio		91.062	251.753
Operações de venda ou de transfêrencias de ativos financeiros		36.402	114.968
Despesas da intermediação financeira		(2.605.409)	(1.188.984)
Operações de captação no mercado aberto		(903.669)	(1.008.628)
Operações de empréstimos e repasses		(1.716.960)	(184.219)
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	15.220	3.863
Resultado bruto da intermediação financeira		518.196	327.534
Outras receitas (despesas) operacionais		(426.886)	(127.704)
Receitas de prestação de serviços	(15)	160.747	201.797
Despesas de pessoal		(256.701)	(200.027)
Resultado de participações em controladas	(8)	6.408	197
Outras despesas administrativas	(16)	(283.269)	(111.889)
Despesas tributárias	(17)	(36.221)	(35.461)
Resultado de outras provisões	(18)	7.863	(24.015)
Outras receitas operacionais	(19.1)	98.889	47.974
Outras despesas operacionais	(19.2)	(124.602)	(6.280)
Resultado operacional		91.310	199.830
Resultado não operacional		(258)	(263)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		91.052	199.567
Imposto de renda e contribuição social	(20)	(50.829)	(20.107)
Ativo fiscal diferido		(50.829)	(20.107)
Participações no lucro		(95.666)	(72.482)
Lucro/(Prejuízo) líquido dos semestres		(55.443)	106.978
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação - em R\$		(234,92)	452,47

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>30.06.2024</u>	<u>30.06.2023</u>
Lucro/(Prejuízo) dos semestres	(55.443)	106.978
Ativos financeiros disponíveis para venda:	(86.790)	135.264
Variação de valor justo	(136.729)	297.450
(Perdas) transferidos ao resultado por alienação	(21.070)	(51.515)
Efeito fiscal	71.010	(110.671)
Outros resultados abrangentes dos semestres	(86.790)	135.264
Total do resultado abrangente	(142.233)	242.242

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Página 11



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio líquido
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.754.606	219.822	1.523.801	(106.457)	-	3.391.772
Ajuste ao valor de mercado - TVM's						
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	135.264	-	135.264
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	106.978	106.978
Destinações:						
Reserva legal	-	5.349	-	-	(5.349)	-
Saldos em 30 de junho de 2023	1.754.606	225.171	1.523.801	28.807	101.629	3.634.014
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.755.679	222.763	925.534	88.971	-	3.992.947
Incorporação Cetelem América Ltda.	3.414	-	35.884	-	-	39.298
Ajuste ao valor de mercado - TVM's						
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	(86.790)	-	(86.790)
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(55.443)	(55.443)
Saldos em 30 de junho de 2024	2.759.093	222.763	961.418	2.181	(55.443)	3.890.012

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Página 12

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	30.06.2024	30.06.2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/(Prejuízo) líquido ajustado	(99.492)	171.997
Lucro/(Prejuízo) dos semestres	(55.443)	106.978
Depreciações e amortizações	11.225	4.950
Resultado de participações em controladas	(6.408)	(197)
Ajuste ao valor de mercado - TVM's e Derivativos	(195.225)	(27.532)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.220)	(3.863)
Provisão/(Reversão) para garantias e fianças prestadas	(4.816)	18
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, atualização monetária de depósitos judiciais e impostos e contribuições a compensar	(28.012)	(6.842)
Tributos diferidos	50.829	20.107
Provisão/(Reversão) para Reestruturação de Negócio	21.417	-
Participações nos lucros e bônus	95.666	72.482
Provisão/(Reversão) Outros	42.958	11.076
Receita de prestação de serviços não recebidos	(9.658)	(5.134)
Diversos	(6.805)	(46)
Variação de ativos e obrigações	553.292	1.824.314
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(236.350)	541.011
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e derivativos	1.236.239	260.728
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	(5.266)	2.334
(Aumento) Redução em relações interdependências	63.688	(14.918)
(Aumento) Redução em operações de crédito	1.623.347	326.184
(Aumento) Redução em outros créditos	(8.590.231)	(30.297.621)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	29.380	(1.235)
Aumento (Redução) em depósitos	(3.613.609)	1.935.836
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto	1.090.670	255.577
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	(479.094)	(1.448.308)
Aumento (Redução) em sociais e estatutária - PLR	(10.407)	(10.290)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	1.769.542	314.162
Aumento (Redução) em outras obrigações	7.675.383	29.960.854
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	453.800	1.996.311
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(Aquisição) Alienação de investimentos	3.331	42
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso	(1.387)	(422)
(Aquisição) Alienação de intangível	(2.368)	(1.460)
Dividendos recebidos	-	3.146
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(424)	1.306
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(6.554)	-
Aumento (Redução) de obrigações em dívida subordinada	216.338	(220.667)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	209.784	(220.667)
Variação de caixa e equivalente de caixa	663.160	1.776.950
No início do período	4.749.939	4.825.845
Caixa e Equivalente de Caixa Incorporado da Cetelem América Ltda.	2.930	-
No fim do período	5.416.029	6.602.795
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	663.160	1.776.950

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Página 13



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco") é uma Sociedade Anônima Fechada com sede domiciliada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, 10º andar. O Banco pertence ao Grupo BNP Paribas e tem como seu controlador direto o BNP Paribas S.A., com sede em Paris, França. É a instituição líder do Conglomerado Financeiro e Prudencial perante o Banco Central do Brasil. O Banco está autorizado a operar como banco múltiplo, a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, de arrendamento mercantil, de câmbio, de crédito, de financiamento e de investimento.

Em 1º de Agosto de 2023, o Diário Oficial da União publicou a aprovação do Banco Central do Brasil - BACEN sobre a incorporação do Banco Cetelem S.A., que concentrava a área de Personal Finance com um amplo portfólio de cartões dos maiores varejistas do país e soluções de financiamento para pessoas físicas, que passa a ser agora uma unidade de negócios do Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Em 13 de Maio de 2024, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil - BACEN a incorporação da Cetelem América Ltda., realizada pelo acervo líquido contábil no montante de R\$ 39.298 com impacto no patrimônio líquido (vide Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido).

As Demonstrações Financeiras elaboradas para o semestre findo em 30 de junho de 2024 foi aprovada pela Diretoria em 22 de agosto de 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN de acordo com as normas estabelecidas e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 normatizadas pelo BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A elaboração das Demonstrações Financeiras exige que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: i) provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa; ii) ativos fiscais correntes e diferidos; iii) provisão para passivos contingentes; iv) instrumentos financeiros derivativos e v) resultado de outras provisões. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto, somente alguns foram homologados pelo BACEN.

Com relação aos seguintes pronunciamentos aprovados através das Resoluções CMN nº 4.924 e nº 4.818:

- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo: A completa adoção depende do IFRS 9 homologado pelo BACEN;
- CPC 41 - Resultado por Ação: O Banco não adotou o CPC por não ser companhia aberta conforme facultado pelo BACEN.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08.11.2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados na nota explicativa 5.1 como curto prazo independentemente de suas datas de vencimentos.

Apresentação das Demonstrações Financeiras

A Resolução CMN nº 4.818 e a Resolução BCB nº 2 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Os normativos acima exigiram informações adicionais na apresentação das Demonstrações Financeiras, dentre as quais destacamos:

a) Apresentação por ordem de liquidez e dos saldos comparativos

As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. Os saldos entre Circulante e não Circulante estão demonstrados nas notas explicativas.

O Balanço Patrimonial é apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Porém as Demonstrações de Resultado, Resultado Abrangente, Mutações do Patrimônio Líquido e Fluxo de Caixa são comparadas com as relativas aos mesmos períodos sociais anteriores para as quais foram apresentadas.

b) Notas explicativas

Inclusão das notas explicativas em atendimento a Resolução BCB nº 02: (i) 22.5 Política de Teste de Estresse; (ii) 19.3 Resultado não Recorrente e (iii) 23 - "Gestão de Capital" dados quantitativos relevantes sobre os elementos incluídos na gestão do Capital, bem como a indicação do cumprimento dos limites e requisitos de Capital.

c) Outras informações

O Banco, de acordo com a Resolução BCB nº 2, está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).



3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 4.818/20, incluem recursos em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com conversibilidade imediata ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, líquidas dos custos de transação incorridos, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - Títulos e Valores Mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independente de seu vencimento, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida a conta destacada do Patrimônio Líquido - Ajuste de Avaliação Patrimonial - líquido dos efeitos tributários, sendo transferido para o resultado do período quanto da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos valores mobiliários. Os declínios no valor de mercado dos títulos disponíveis para venda dos seus custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.
- Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e Valores Mobiliários para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento. O Banco não possui títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento em 30 de junho de 2024.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo, e são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção "hedge" ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30.01.2002, do BACEN.

As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendam aos critérios de proteção são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza:

- "Hedge" de Risco de Mercado - são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de "hedge". Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- "Hedge" de Fluxo de Caixa - são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do "hedge" é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O impacto da marcação ao valor justo dos objetos de "hedge" está demonstrado na nota nº 5.2.4.

f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros contratuais.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.



As operações de crédito são classificadas de acordo com o modelo interno que considera o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações de aquisição/cessão de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31.01.2008, de acordo com o que determina se a compra ou a venda da carteira foi com retenção ou sem retenção substancial dos riscos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada adequada pela Administração, é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas nas classificações de risco e função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade, e não apenas quando da ocorrência de inadimplência.

As modalidades, valores, prazos, níveis de risco, concentração, setor da atividade econômica, renegociação, bem como a composição das contas patrimoniais da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão apresentados na nota nº 6.

g) Outros Valores e Bens

Despesas antecipadas são aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ocorrerão em períodos futuros, sendo representadas principalmente por despesas de originação de operações de crédito, amortizadas em função do prazo das operações correspondentes e despesas com parceiros comerciais.

Os saldos registrados no grupo de despesas antecipadas no ativo são imediatamente reconhecidos no resultado quando ocorre a liquidação ou da baixa da operação por qualquer motivo.

As demais despesas antecipadas, que não são decorrentes da originação de contratos, se referem à destinação de recursos em pagamentos antecipados e são amortizadas em função do prazo das operações.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, e os outros títulos patrimoniais são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perda.

i) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais são 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

j) Ativo Intangível

O ativo intangível é registrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear. A amortização é calculada pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de contrato de locação, no caso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

k) Redução ao Valor Recuperável

A redução do valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros - "impairment" - é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos financeiros e não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.



m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias foram efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823 de 16.12.2009, da seguinte forma:

- Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.
- Contingências Passivas - são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas Demonstrações Financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente. Embora a Carta Circular Bacen nº 3.429 de 11.02.2010 tenha sido revogada pela IN nº 319 de 04.11.2022, o procedimento foi mantido, tendo em vista não haver fato novo atrelado aos processos cujos montantes já haviam sido registrados.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

Detalhamento dos Passivos Contingentes estão apresentados na nota nº 13.3.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros que excederem a R\$240 no exercício e a contribuição social à alíquota de 20%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos passivos diferidos são calculados sobre as exclusões temporárias e de acordo com a regulamentação em vigor expedida pelo Banco Central do Brasil. Os ativos e passivos tributários diferidos foram constituídos considerando a alíquota consolidada de 45% sobre os créditos tributários.

o) Garantias Prestadas a Terceiros

As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros estão registradas em contas de compensação.

p) Resultado Recorrente e não Recorrente

Resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados estão apresentados na nota nº 19.3 - Resultado Não Recorrente.

q) Implementação da Resolução CMN nº 4.966/21

O plano para implementação da Resolução CMN nº 4.966 de 25.11.2021, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção, foi aprovado pela Diretoria em 5 de dezembro de 2022. A Diretoria, em sessões realizadas em 9 de janeiro de 2024 e 3 de julho de 2024, acompanha constantemente a execução do plano.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Abaixo segue a composição de Aplicações interfinanceiras de liquidez em 30 de junho de 2024:

Descrição	30.06.2024				31.12.2023
	0-30	181-360	Acima de 360	Total	Total
Posição Bancada	2.558.057	-	-	2.558.057	1.578.318
Posição Financiada	2.135.163	-	-	2.135.163	1.902.437
Aplicações em depósitos interfinanceiros	235.319	112.975	29.414	377.708	313.641
Aplicações em moedas estrangeiras	16.743	415.613	-	432.356	914.612
Total	4.945.282	528.588	29.414	5.503.284	4.709.008
Curto prazo				5.473.870	4.709.008
Longo prazo				29.414	-

Página 17



5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado:

5.1 Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos por categoria e vencimento:

	30.06.2024				31.12.2023					
	Ajuste a mercado			Por Vencimento					Valor de Mercado	
	Valor de custo/contrato	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor de Mercado	Sem Vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Valor de Mercado
Títulos para negociação										
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	79.929	88	-	80.017	-	-	1.952	38.254	39.811	100.287
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.332.291	(6.987)	-	2.325.304	-	515.177	403.596	376.857	1.029.674	3.366.849
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.766.691	(6.354)	-	1.760.337	-	-	673.317	63.030	1.023.990	1.672.396
Debêntures	494.489	(216)	-	494.273	-	-	-	-	494.273	-
Cotas de Fundo de Investimento (*)	2.794.914	1.469	-	2.796.383	2.796.383	-	-	-	-	5.143.590
	7.468.314	(12.000)	-	7.456.314	2.796.383	515.177	1.078.865	478.141	2.587.748	10.283.122
Títulos disponíveis para venda										
Letras do Tesouro Nacional - LTN (**)	4.815.529	(18.204)	(48.753)	4.748.572	-	-	-	456.559	4.292.013	3.757.762
Notas do Tesouro Nacional - NTN (**)	1.560.527	(37.328)	11.662	1.534.861	-	-	2.188	339.368	1.193.305	1.503.889
Debêntures (**)	1.974.464	(20.255)	43.082	1.997.291	-	-	-	-	1.997.291	1.251.049
Ações em Companhia Fechada	2.128	-	374	2.502	2.502	-	-	-	-	2.502
Cota FILCB	49.217	-	-	49.217	49.217	-	-	-	-	46.713
Cota FIDC	40.140	-	(1.767)	38.373	38.373	-	-	-	-	-
Cédula do Produtor Rural (CPR)	37.243	-	(224)	37.019	-	-	5.056	-	31.963	30.033
Nota Promissória	295.080	-	(112)	294.968	-	-	294.968	-	-	1.266.699
	8.774.328	(75.787)	4.262	8.702.803	90.092	-	302.212	795.927	7.514.572	7.858.647
Subtotal de títulos do ativo	16.242.642	(87.787)	4.262	16.159.117	2.886.475	515.177	1.381.077	1.274.068	10.102.320	18.141.769
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo										
Operações de opções	120.250	3.105	-	123.355	-	13.834	79.501	17.167	12.853	116.037
Operações a termo	6.862.552	(841.334)	(296)	6.020.922	-	3.265.233	1.823.434	442.474	489.781	8.458.325
Operações de "swap"	3.032.344	841.917	-	3.874.261	-	494.031	546.648	1.296.077	1.537.505	4.409.416
	10.015.146	3.688	(296)	10.018.538	-	3.773.098	2.449.583	1.755.718	2.040.139	12.983.778
TOTAL DO ATIVO	26.257.788	(84.099)	3.966	26.177.655	2.886.475	4.288.275	3.830.660	3.029.786	12.142.459	31.125.547
Curto prazo				16.622.944						21.481.751
Longo prazo				9.554.711						9.643.796
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo										
Operações de opções	429.650	(78.302)	-	351.348	-	14.611	96.477	33.055	207.205	198.048
Operações a termo	6.960.081	(808.350)	-	6.151.731	-	3.265.213	1.954.600	442.212	489.706	8.522.195
Operações de "swap"	1.996.752	854.281	-	2.851.033	-	158.365	582.617	708.995	1.401.056	4.014.103
	9.386.483	(32.371)	-	9.354.112	-	3.438.189	2.633.694	1.184.262	2.097.967	12.734.346
Curto prazo				7.256.145						10.161.124
Longo prazo				2.097.967						2.573.222

* Para informações sobre o Fundo de Investimento vide nota 5.3.

** Os ajustes a mercado no resultado dos instrumentos classificados como disponíveis para venda foram objetos de "Hedge" de Risco de Mercado vide nota 5.2.4.



Os Títulos e Valores Mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo é calculado com base em cotações de preços divulgados pelo mercado, por modelos de precificação, pelo fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa por parte da Administração.

5.2 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam o controle de riscos.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de "swap", termos, opções e futuros, registradas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

A contabilização é realizada como segue:

- **Operações de "swap"** - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. O valor justo dos "swaps" é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.
- **Operações a termo** - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.
- **Operações com opções** - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como "Black & Scholes", usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.
- **Operações de futuros** - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se as taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

5.2.1 Composição do valor nominal dos derivativos por contraparte:

	B3 (BRASIL, BOLSA, BALCÃO)						
	SISTEMA C E T I P				SISTEMA		
	Pessoas físicas	Pessoas jurídicas	Instituições financeiras	Investidores institucionais	BM&FBovespa Câmaras de liquidação	Valor nominal 30.06.2024	Valor nominal 31.12.2023
Valor nominal por contraparte							
Operações com opções	2.644	3.671.691	289.700	3.654.635	-	7.618.670	8.372.209
Comprada	-	1.861.280	87.818	1.705.537	-	3.654.635	4.103.038
Vendida	2.644	1.810.411	201.882	1.949.098	-	3.964.035	4.269.171
Operações com "swap"	-	19.410.054	40.186.514	65.906.672	4.124.640	129.627.880	143.767.963
"Swap"	-	19.410.054	40.186.514	65.906.672	4.124.640	129.627.880	143.767.963
Operações com futuros	-	-	-	-	22.761.161	22.761.161	52.239.583
Comprada	-	-	-	-	10.418.691	10.418.691	39.160.011
Vendida	-	-	-	-	12.342.470	12.342.470	13.079.572
Operações a termo	-	29.233.043	700.921	49.327.452	-	79.261.416	78.785.726
Comprada	-	13.913.365	274.288	22.933.201	-	37.120.854	38.323.062
Vendida	-	15.319.678	426.633	26.394.251	-	42.140.562	40.462.664
Total						239.269.127	283.165.481

5.2.2 Composição do valor nominal dos derivativos por indexador:

Composição por indexador	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
			30.06.2024	31.12.2023
Operações com Opções	123.355	351.348	7.618.670	8.372.209
Compra de opção de:	123.355	-	3.654.635	4.103.038
Compra de Dólar	111.679	-	2.050.331	2.276.454
Compra de Euro	424	-	4.209	-
Venda de Dólar	11.245	-	1.595.886	1.826.584
Venda de Euro	7	-	4.209	-



Composição por indexador	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
			30.06.2024	31.12.2023
Venda de opção de:	-	351.348	3.964.035	4.269.171
Compra de Dólar	-	111.679	2.050.331	2.276.454
Compra de Euro	-	424	4.209	-
Compra de Ações	-	222.618	300.931	165.955
Venda de Dólar	-	11.389	1.595.886	1.826.584
Venda de Euro	-	7	4.209	-
Venda de Ações	-	5.231	8.469	178
Operações com "Swap"	3.874.261	2.851.033	129.627.880	143.767.963
Ações x DI	1.617	191.379	887.192	574.125
Ações x PRE	281.692	11.433	1.704.298	2.213.068
Cupom de Dólar x Cupom de Dólar	50.483	50.483	8.969.950	4.948.310
Cupom de Dólar x Cupom de Euro	-	586	103.089	109.153
Cupom de Dólar x Cupom de IENE	291.419	-	1.393.663	995.891
Cupom de Dólar x DI	863.225	345.818	17.813.464	17.477.414
Cupom de Dólar x Índice de Preço	65.677	-	450.000	450.000
Cupom de Dólar x LIBOR	-	25.531	406.161	439.833
Cupom de Dólar x PRE	29.126	199.565	2.598.034	2.695.989
Cupom de Euro x DI	395.576	68.426	5.364.075	4.668.151
Cupom de Euro x PRE	161.139	-	2.558.309	-
Cupom de IENE x Cupom de Dólar	-	144.630	893.578	495.806
Cupom de IENE x DI	21.818	-	1.492.345	619.744
Cupom de IENE x Pre	201	-	996.879	-
DI x Ações	6.182	-	10.894	17.729
DI x Cupom de Dólar	344.201	501.744	7.692.771	8.851.173
DI x Cupom de Euro	68.426	395.576	5.364.075	4.668.151
DI x Cupom de IENE	-	21.818	1.492.345	619.744
DI x DI	17	17	837.923	837.923
DI x Índice de Preço	-	78.321	204.024	204.024
DI x LIBOR	-	52.250	856.553	858.070
DI x PRE	868.776	4.828	29.304.275	42.759.640
Índice de Preço x Cupom de Dólar	-	65.677	450.000	450.000
Índice de Preço x DI	78.321	-	204.024	204.024
LIBOR x Cupom de Dólar	23.032	-	338.818	338.817
LIBOR x DI	52.250	-	856.553	858.070
PRE x Ações	2.851	281.397	1.679.679	2.187.157
PRE x Cupom de Dólar	194.233	29.540	3.653.046	2.741.805
PRE x Cupom de Euro	-	161.139	2.558.309	-
PRE x DI	73.999	220.875	28.493.554	42.484.152
Operações com Futuros	-	-	22.761.161	52.239.583
Operações com futuros - Comprada	-	-	10.418.691	39.160.011
Cupom cambial - DDI	-	-	5.439.235	31.713.118
DI	-	-	3.506.762	2.892.150
Taxas	-	-	69.988	68.270
Moedas	-	-	1.402.706	4.486.473
Operações com futuros - Vendida	-	-	12.342.470	13.079.572
Cupom cambial - DDI	-	-	1.057.060	2.191.551
DI	-	-	9.552.924	10.671.558
Moedas	-	-	1.732.486	216.463
Operações a Termo	6.020.922	6.151.731	79.261.416	78.785.726
Operações a termo - Comprada	4.694.912	2.903.575	37.120.854	38.323.062
Moeda	2.387.614	630.623	35.895.945	36.888.384
Títulos Públicos	2.250.860	2.251.439	-	-
Commodities	56.438	21.513	1.224.909	1.434.678
Operações a termo - Vendida	1.326.010	3.248.156	42.140.562	40.462.664
Moeda	630.624	2.521.304	40.915.665	39.028.071
Títulos Públicos	672.376	671.285	-	-
Commodities	23.010	55.567	1.224.897	1.434.593
Total	10.018.538	9.354.112	239.269.127	283.165.481
Curto prazo	7.978.399	7.256.145		
Longo prazo	2.040.139	2.097.967		



5.2.3 Valor de margens de garantia dos instrumentos financeiros derivativos

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas junto à B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e de operação de câmbio efetuadas junto à "clearing" de câmbio, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no valor de R\$1.966.382 (R\$1.414.434 em 12.2023).

5.2.4 Instrumentos financeiros derivativos utilizados como "Hedge"

Em 30 de junho de 2024, o Banco possuía as seguintes posições:

"Hedge" de Risco de Mercado

Instrumento			Objeto de "Hedge"				31.12.2023	
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste no resultado	Valor de mercado
DDI Futuro	04.01.2027	1.110.715	Instrumento de dívida subordinada Res. 4.192	Dólar	1.218.452	1.110.528	14.454	995.150
DDI Futuro	02.01.2029	1.255.506	Títulos perpétuo	Dólar	1.362.350	1.255.121	40.746	1.165.565
DDI Futuro	02.01.2029	530.567	Debêntures	Dólar	542.237	530.333	(11.903)	-
DDI Futuro	02.01.2029	339.605	Obrigação empréstimos exterior - Vinculado a Res. 4131	Dólar	347.215	339.454	7.761	-
DDI Futuro	02.01.2029	190.962	Repasse exterior debêntures Res. 2921	Dólar	195.022	190.880	18.666	-
DI Futuro	02.01.2029	2.043.022	Empréstimo - Capital de giro e consignado	Pré-fixadas	2.041.695	2.043.022	(112.647)	3.926.677
DI Futuro	02.01.2025	465.958	Certificados de depósitos bancários	Pré-fixadas	466.026	465.959	3.221	445.581
DI Futuro	01.10.2025	925.030	Debêntures	Pré-fixadas	933.382	925.030	(22.875)	901.895
DI Futuro	01.10.2025	925.030	Repasse exterior debêntures Res. 2921	Pré-fixadas	933.382	925.030	8.351	901.895
DI Futuro	-	-	Letras financeiras	Pré-fixadas	-	-	172	42.857
DI Futuro	02.01.2029	718.589	Títulos - NTN	Pré-fixadas	755.916	718.590	(41.755)	297.009
DI Futuro	04.01.2027	485.537	Títulos - LTN	Pré-fixadas	503.741	485.537	(22.157)	277.036
DI Futuro	02.07.2029	667.280	Certificado de operações estruturadas	Pré-fixadas	686.770	667.237	22.670	505.858

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 30 de junho de 2024, estava em conformidade com o estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva.

"Hedge" de Fluxo de Caixa

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Banco não possuía operações de "hedge" de fluxo de caixa.

5.3 Outras Informações - Cotas de Fundo de Investimento

As cotas do fundo de investimento multimercado estão representadas por aplicações do Banco em fundo exclusivo do Grupo BNP Paribas - BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior.

Abaixo apresentamos a composição do Fundo de Investimento:

Descrição	30.06.2024	31.12.2023
Disponibilidades	2.576	715
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.409.663	2.731.092
Instrumentos financeiros derivativos (*)		
- Operações com "Swap"	(721.195)	2.328.635
- Operações com Opções	78.998	(30.284)
- Operações com Futuro	235.643	70.929
- Operações com Termo	(223.259)	33.116
Diversos a receber / (a pagar)	13.957	9.387
Patrimônio líquido do fundo	2.796.383	5.143.590

(*) O saldo considera os ajustes por equalização de práticas contábeis.

O valor de referência dos contratos dos instrumentos financeiros derivativos, que compõem a carteira do fundo e são registrados na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), está contabilizado em contas de compensação, conforme abaixo:

Indexador	"Swap"	Termo	Futuros	Opções	Total
Moeda estrangeira	33.418.034	12.490.303	22.152.848	496.405.636	564.466.821
Taxa de juros	37.803.294	34.482.061	21.226.160	-	93.511.515
Commodities	313.328	289.863	-	-	603.191
Total 30.06.2024	71.534.656	47.262.227	43.379.008	496.405.636	658.581.527
Total 31.12.2023	75.910.898	43.300.458	71.427.154	583.193.538	773.832.048



6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Apresentamos a seguir as informações relativas às operações de crédito, que incluem operações de crédito consignado a funcionários públicos e pensionistas vinculado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e outros entes, operações de empréstimos, CDC atrelados a cartão de crédito e adiantamentos sobre contratos de câmbio.

6.1. Carteira de operação de crédito

6.1.1 Composição por operação e por nível de risco

"Rating"	30.06.2024							31.12.2023		
	Empréstimos e Títulos e Descontados (*)		Financiamentos Rurais e Agroindustriais		Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (**)		Títulos de Créditos a Receber	Transações de Pagamento a Receber (***)	Total	Total
	Descontados (*)	Financiamento	Agroindustriais	Rurais e	Contratos de Câmbio (**)	Receber	Receber (***)	Total	Total	
AA	1.318.230	363.791	20.135	20.135	3.907.211	587.800	-	6.197.167	4.988.564	
A	2.370.828	15.289	49.286	49.286	-	53.697	6.296	2.495.396	4.079.343	
B	166.380	725	-	-	470.130	75.086	1.522	713.843	934.605	
C	15.497	70	-	-	-	55.357	127	71.051	138.152	
D	25.696	39	-	-	-	-	129	25.864	38.644	
E	91.428	6	-	-	-	-	15	91.449	139.315	
F	13.166	-	-	-	-	-	26	13.192	26.182	
G	2.140	-	-	-	-	-	-	2.140	1.954	
H	193.067	33	-	-	-	-	16	193.116	272.810	
Total 30.06.2024	4.196.432	379.953	69.421	69.421	4.377.341	771.940	8.131	9.803.218	10.619.569	
PDD	265.993	1.056	417	417	18.951	6.934	135	293.486	431.231	
Curto prazo - empréstimos								7.156.794	6.907.442	
Longo prazo - empréstimos								2.646.424	3.712.127	
Curto prazo - PDD								152.722	226.866	
Longo prazo - PDD								140.764	204.365	

(*) Substancialmente representada por carteira de empréstimos consignados no montante de R\$2.396.060 (R\$3.675.415 em 12.2023)

(**) As operações de Adiantamento sobre contratos de câmbio estão contabilizadas em conta de Outros créditos (vide nota 7.1).

(***) No primeiro semestre de 2024 houve cessão de crédito no valor de R\$43.983 (não houve cessão de crédito em 06.2023) sem retenção de riscos e benefícios.

6.1.2 Composição por setor de atividade

Descrição	30.06.2024		31.12.2023	
	Total	%	Total	%
Setor privado:				
Indústria	2.063.414	21,05	1.978.778	18,63
Comércio	71.141	0,73	113.288	1,07
Serviço	4.925.263	50,24	4.160.625	39,18
Pessoa Física	2.743.400	27,98	4.366.878	41,12
Total	9.803.218	100,00	10.619.569	100,00

6.1.3 Composição por vencimento

Descrição	30.06.2024		31.12.2023	
	Total	%	Total	%
A vencer:				
Até 180 dias	3.394.281	34,61	4.925.114	46,37
De 181 a 360 dias	3.658.397	37,32	1.878.794	17,69
Acima de 360 dias	2.646.424	27,00	3.712.127	34,96
Vencidos:				
Até 14 dias	50.497	0,52	8.417	0,08
De 15 a 60 dias	12.629	0,13	20.813	0,20
Vencidas de 61 a 360 dias	40.990	0,42	74.304	0,70
Total	9.803.218	100,00	10.619.569	100,00



6.2 Provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2024</u>	<u>30.06.2023</u>
Saldo inicial do semestre	431.231	145.624
Constituição da provisão	138.719	14.468
Reversão da provisão	(153.939)	(18.331)
Valores baixados para prejuízo	(122.525)	-
Saldo final do semestre	293.486	141.761
Provisão específica	269.735	117.190
Provisão prudencial	23.751	24.571

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2024, houve recuperação de crédito baixado como prejuízo no valor de R\$8.895 (não houve recuperação de crédito baixado como prejuízo em 06.2023).

Em 30 de junho de 2024, existem contratos renegociados no valor de R\$2.286.259 (R\$827.837 em 06.2023).

7. OUTROS CRÉDITOS

7.1 Carteira de câmbio

Abaixo segue a composição da carteira de câmbio em 30 de junho de 2024:

	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
ATIVO		
Câmbio comprado a liquidar	32.853.417	25.872.091
Direitos sobre venda de câmbio	24.727.529	22.618.862
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	(6.1) 144.855	112.019
Total	57.725.801	48.602.972
Curto prazo	46.790.827	26.716.829
Longo prazo	10.934.974	21.886.143
PASSIVO		
Câmbio vendido a liquidar	27.613.274	22.642.688
Obrigações por compra de câmbio	29.874.818	25.903.249
Adiantamentos sobre contratos de câmbio - exportação	(6.1) (4.232.486)	(3.097.113)
Total	53.255.606	45.448.824
Curto prazo	42.687.752	23.821.712
Longo prazo	10.567.854	21.627.112

7.2 Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

Em 30 de junho de 2024 os ativos fiscais correntes e diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo em</u> <u>30.06.2024</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2023</u>
Imposto de renda					
<i>Diferenças temporárias:</i>					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	148.435	35.013	(59.810)	123.638	148.435
Ajuste de Ptax x Spot B3	4.056	4.795	-	8.851	4.056
Derivativos - Ajustes futuros	14.164	-	(14.164)	-	14.164
Provisão para riscos fiscais	148.618	4.161	-	152.779	148.618
Provisão para outros passivos contingentes	88.053	3.347	(13.254)	78.146	88.053
Provisão de avais e fianças	16.174	2.987	(4.191)	14.970	16.174
Provisão para outros passivos	71.572	41.597	(54.809)	58.360	71.572
Provisões diversas	70.631	23.210	(14.906)	78.935	70.631
<i>Prejuízo fiscal</i>	<u>103.092</u>	<u>96.108</u>	<u>(36.160)</u>	<u>163.040</u>	<u>103.092</u>
	664.795	211.218	(197.294)	678.719	664.795



<u>Descrição</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo em</u> <u>30.06.2024</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2023</u>
Contribuição social					
<i>Diferenças temporárias:</i>					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	118.748	28.010	(47.848)	98.910	118.748
Ajuste de Ptax x Spot B3	3.245	3.836	-	7.081	3.245
Derivativos - Ajustes futuros	11.331	-	(11.331)	-	11.331
Provisão para riscos fiscais	118.894	3.329	-	122.223	118.894
Provisão para outros passivos contingentes	70.443	2.677	(10.603)	62.517	70.443
Provisão de avais e fianças	12.939	2.390	(3.353)	11.976	12.939
Provisão para outros passivos	57.258	33.278	(43.847)	46.689	57.258
Provisões diversas	56.505	18.568	(11.924)	63.149	56.505
<i>Base negativa</i>	<u>81.806</u>	<u>76.886</u>	<u>(28.260)</u>	<u>130.432</u>	<u>81.806</u>
	531.169	168.974	(157.166)	542.977	531.169
Total ativos fiscais e diferidos	1.195.964	380.192	(354.460)	1.221.696	1.195.964
Impostos e contribuições a compensar					
IRPJ e CSLL - antecipação	9.122	9.354	(9.122)	9.354	9.122
Demais impostos a compensar	<u>76.403</u>	<u>43.338</u>	<u>(6.203)</u>	<u>113.538</u>	<u>76.403</u>
	85.525	52.692	(15.325)	122.892	85.525
Total	1.281.489	432.884	(369.785)	1.344.588	1.281.489
Curto prazo				111.404	73.036
Longo prazo				1.233.184	1.208.453

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até dez anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

A expectativa de realização dos créditos tributários em 30 de junho de 2024 é:

<u>Projeção</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>de 2029 até 2033</u>	<u>Total</u>
Ativos fiscais e diferidos em 30.06.2024	234.906	403.315	160.043	102.477	60.654	260.301	1.221.696
Ativos fiscais e diferidos em 31.12.2023							1.195.964

O estudo apresentado acima reflete os impactos da Lei 14.467/2022 referente ao novo tratamento tributário aplicado às perdas incorridas no recebimento dos créditos.

O valor presente dos créditos tributários, em 30 de junho de 2024, é estimado em R\$745.733 (R\$836.763 em 12.2023), utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

Com base na Resolução CMN nº 4.818 e Resolução BCB nº 02, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

7.3 Diversos

Apresentamos abaixo a composição de devedores diversos:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Devedores diversos - Exterior	5.503	138.029
Devedores diversos - País	28.585	54.730
Adiantamentos diversos	10.585	2.987
Devedores por depósitos em garantia	872.999	855.670
Prêmio ou desconto em operações de venda	52.693	72.595
Outros	<u>8.017</u>	<u>37.663</u>
Total	978.382	1.161.674
Curto prazo	215.990	304.034
Longo prazo	762.392	857.640



8. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS NO PAÍS

Apresentamos abaixo a composição dos investimentos em controladas no país:

	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.		
Patrimônio Líquido	41.673	42.571
Resultado do período	3.447	4.345
Participação no capital	74,38%	74,38%
Resultado da participação em controlada	<u>2.564</u>	<u>3.232</u>
Valor contábil do investimento	30.996	31.664
BGN Mercantil e Serviços Ltda.		
Patrimônio Líquido	136.543	132.699
Resultado do período	3.844	594
Participação no capital	100,00%	100,00%
Resultado da participação em controlada	<u>3.844</u>	<u>594</u>
Valor contábil do investimento	136.543	132.699
Total	167.539	164.363

9. DEPÓSITOS

Apresentamos abaixo a captação em depósitos por vencimento:

Descrição	Em quantidade de dias					30.06.2024	Total 31.12.2023
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360		
Depósito à vista	854.312	-	-	-	-	854.312	966.268
Depósito interfinanceiro	-	-	234.432	275.402	-	509.834	1.531.971
Depósito a prazo	-	1.102.459	1.298.362	2.681.860	665.620	5.748.301	8.300.659
Depósito em moeda estrangeira	-	1.985	178	145.804	89.834	237.801	204.132
Total	854.312	1.104.444	1.532.972	3.103.066	755.454	7.350.248	11.003.030
Curto prazo						6.594.794	10.038.083
Longo prazo						755.454	964.947

10. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Apresentamos abaixo as captações no mercado aberto por data de retorno:

Descrição	Em quantidade de dias			Total 30.06.2024	Total 31.12.2023
	0-30	31-180	Acima de 360		
Carteira própria	850.501	742.714	1.593.215	1.593.215	1.396.691
Títulos públicos	1.144	15.515	16.659	16.659	424.886
Debêntures	849.357	727.199	1.576.556	1.576.556	971.805
Carteira de terceiros (*)	2.135.162	-	2.135.162	2.135.162	1.899.409
Carteira de livre movimentação (*)	815.132	2.101.403	2.916.535	2.916.535	2.258.142
				6.644.912	5.554.242
Curto prazo				6.644.912	5.554.242

(*) representado por títulos públicos.

11. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Apresentamos abaixo a captação em recursos de aceites e emissão de títulos por vencimento:

Descrição	Em quantidade de dias				Total 30.06.2024	Total 31.12.2023
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360		
Letras Financeiras	91.727	-	-	78.785	170.512	796.288
Certificado de Operações Estruturadas	16.057	157.454	79.873	402.867	656.251	509.741
Total	107.784	157.454	79.873	481.652	826.763	1.306.029
Curto prazo					345.111	995.404
Longo prazo					481.652	310.625



12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Apresentamos abaixo a composição de Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	Vencíveis até	30.06.2024		31.12.2023
		Encargos	Total	Total
Obrigações em Moedas estrangeiras	15.08.2025	2,05% a 5,98% a.a.	8.904.219	6.960.852
Obrigações por empréstimos no exterior	12.03.2029	8,20% a.a.	668.443	300.888
Operações de Repasses do País - FUNCAFÉ	24.09.2025	8,00% a.a.	69.001	103.854
Repasses no Exterior	15.10.2026	6,35% a 13,63% a.a.	2.396.662	2.937.968
Total			12.038.325	10.303.562
Curto prazo			9.800.259	8.511.084
Longo prazo			2.238.066	1.792.478

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

13.1 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

Descrição	30.06.2024	31.12.2023
Provisão para impostos e contribuições diferidos (*)	305.417	299.854
Total	305.417	299.854
Curto prazo	305.417	299.854

(*) Provisão para impostos e contribuições diferidos está relacionada com o ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, variação entre as Taxas Ptax e Spot e de atualização de depósitos judiciais no montante de R\$305.417 (R\$299.854 em 12.2023), tendo como contrapartida a realização de R\$71.009 no patrimônio líquido (R\$72.794 em 12.2023) e constituição de R\$76.572 no resultado (R\$50.509 em 12.2023).

13.2 Dívida Subordinada

Descrição	30.06.2024	31.12.2023
Dívida subordinada	1.056.154	936.236
Dívida subordinada (Perpétua)	1.120.914	1.038.948
Total	2.177.068	1.975.184
Curto prazo	51.464	101.868
Longo prazo	2.125.604	1.873.316

As dívidas subordinadas emitidas com base na Resolução CMN nº 4.192/13 estão representadas por recursos captados via contrato de empréstimo nos valores de US\$100 milhões e US\$105 milhões equivalentes a R\$526.577 e R\$529.577 (R\$412.048 e R\$524.188 em 12.2023), já acrescidos dos juros de 4,10% a.a e 3,37% a.a., incorridos até 30 de junho de 2024, com vencimentos em janeiro de 2031 e 2032, respectivamente.

As dívidas subordinadas perpétuas emitidas com base na Resolução CMN nº 4.955/21 estão representadas por recursos captados via contrato de empréstimo no valor de US\$118 milhões e US\$96 milhões equivalentes a R\$587.069 e R\$533.845 (R\$531.498 e R\$507.450 em 12.2023), já acrescido dos juros de 4,56% a.a. e 8,67% a.a., incorridos até 30 de junho de 2024.

13.3 Movimentação dos passivos contingentes

Apresentamos abaixo a movimentação dos passivos contingentes:

Descrição	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31.12.2023	594.472	216.703	135.512	946.687
Constituição	295	5.641	9.483	15.419
Reversão/Pagamento	-	(16.459)	(40.601)	(57.060)
Atualização monetária	16.350	655	1.651	18.656
Saldo em 30.06.2024	611.117	206.540	106.045	923.702
Saldo em 31.12.2023	594.472	216.703	135.512	946.687



Em 30 de junho de 2024, a provisão para riscos fiscais é composta: (i) da provisão para pagamento da COFINS e do PIS, no valor de R\$445.941 (R\$435.531 em 12.2023) e R\$72.329 (R\$70.620 em 12.2023), respectivamente, em que o Banco discute judicialmente a ampliação da base de cálculo estabelecida pelo Parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, respectivamente; (ii) provisão de R\$87.932 (R\$84.273 em 12.2023) referente ao ISS sobre operações de fianças, avais, câmbio e crédito; (iii) provisão de R\$4.697 (R\$3.833 em 12.2023) referente à dedução do ISS da base do PIS e COFINS discutida judicialmente em que o Banco obteve sentença favorável e; (iv) provisão de INSS no valor de R\$218 (R\$215 em 12.2023) referente a parcela considerada como perda provável do auto de infração lavrado em 2012, para cobrança da Contribuição Previdenciária Empresa incidente sobre os valores pagos aos contribuintes individuais referente ao exercício de 2009.

Os passivos contingentes classificados como perda possível e remota não são reconhecidos contabilmente. Em 30 de junho de 2024, os riscos considerados como de perda possível se referem a trabalhistas de R\$74.707 e fiscais de R\$1.706.460 (R\$77.748 e R\$1.667.374 em 12.2023, respectivamente). Especificamente para contingências cíveis relacionadas as operações de personal finance é utilizado modelo estatístico, que baseado nos encerramentos dos processos judiciais dos últimos 12 meses, determina de forma massificada a provisão para perdas a ser constituída. Todos os valores já considerando a incorporação do Banco Cetelem S.A..

Baseada nas opiniões de nossos consultores jurídicos, a Administração mantém registradas provisões para passivos contingentes em montante considerado suficiente para fazer face aos riscos decorrentes dos desfechos destes processos.

Com relação ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) dos Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) de repercussão geral, que resolveu, em 8 de fevereiro de 2023, que decisões individuais definitivas (transitadas em julgado) perdem seus efeitos após e caso o STF decida em sentido contrário supervenientemente, confirmamos que, após revisão de decisões individuais definitivas em favor da Instituição no passado, não foi identificada exposição relevante em relação ao tema, sendo que, nenhuma provisão, segundo os preceitos do IAS 37 - Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes, foi necessária em 30 de junho de 2024 ou em exercícios anteriores.

13.4 Diversos

Apresentamos abaixo a composição de diversos:

Descrição	30.06.2024	31.12.2023
Valores a pagar à sociedade ligada	2.918	3.253
Provisão de despesas de pessoal	280.407	303.710
Provisão para despesas administrativas	315.622	360.141
Impostos e contribuições a recolher	30.242	53.629
Credores diversos - País	83.882	70.702
Obrigações por transações de pagamento	12.033	51.568
Outras	1.777	2.119
Total	726.881	845.122
Curto prazo	613.559	727.420
Longo prazo	113.322	117.702

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital social

O capital social é representado em 30 de junho de 2024 por 236.432 (309.563 em 12.2023) ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizadas. BNP Paribas S.A. detém 99,99% das ações do Banco BNP Paribas Brasil S.A. (BNP Paribas S.A. apresentava 76,38% e Cetelem América Ltda. 23,62% em 12.2023).

Em 1º de Fevereiro de 2024, o Banco BNP Paribas Brasil S.A. incorporou a Cetelem América Ltda., com aumento de capital social de R\$3.414 aprovado pelo Banco Central através do Ofício 10006/2024 - BCB/Deorf/GTSP2.

14.2 Destinação de resultados

Conforme definido no Estatuto Social do Banco, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de até 30% sobre o lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

O prejuízo apurado no semestre findo em 30 de junho de 2024 no valor de R\$55.443 (R\$106.978 de lucro em 06.2023) cuja absorção ocorrerá ao final do exercício.

14.3 Reserva de Lucros

A conta de reserva de lucros do Banco é composta por reserva legal e reserva estatutária. Em 30 de junho de 2024 não houve destinação (R\$135.764 em 12.2023 a título de dividendos da reserva estatutária). O Banco não possui outras reservas de lucros.

Nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normatizadas pelo BACEN, para a reserva legal, e não poderá exceder a 20% do capital integralizado do Banco.



15. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Apresentamos abaixo a composição de Receitas de Prestação de Serviços:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2024</u>	<u>30.06.2023</u>
Rendas de administração de fundos de investimentos	39.163	34.825
Rendas de comissões de colocação de títulos	26.715	8.694
Rendas de serviços de custódia	30.218	31.337
Rendas de garantias prestadas	43.137	43.622
Rendas de prestação de serviços de terceiros	9.119	72.550
Rendas de outros serviços	12.395	10.769
Total	160.747	201.797

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Apresentamos abaixo a composição das despesas administrativas:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2024</u>	<u>30.06.2023</u>
Despesa de serviço do sistema financeiro	45.986	17.417
Despesa de processamento de dados	85.899	36.704
Despesa de serviço de terceiro	19.423	17.170
Despesa de aluguéis	10.080	9.117
Despesa de serviço técnico especializado	79.386	10.134
Outras	42.495	21.347
Total	283.269	111.889

Em virtude da incorporação do Banco Cetelem S.A. houve uma variação de R\$92.931 em 06.2024.

17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Apresentamos abaixo a composição das despesas tributárias:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2024</u>	<u>30.06.2023</u>
Despesa de contribuição à COFINS	21.182	20.733
Despesa de contribuição ao ISS	7.209	8.809
Despesa de contribuição ao PIS	3.442	3.369
Outras	4.388	2.550
Total	36.221	35.461

18. RESULTADO DE OUTRAS PROVISÕES

Apresentamos abaixo a composição de outras provisões:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2024</u>	<u>30.06.2023</u>
Resultado de provisão de fianças prestadas	4.816	(18)
Resultado de provisão para contingências	3.047	(23.997)
Total	7.863	(24.015)

19. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

19.1 Outras Receitas Operacionais

Apresentamos abaixo a composição de outras receitas operacionais:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2024</u>	<u>30.06.2023</u>
Ressarcimento de custos operacionais	19.287	-
Recuperação de encargos e despesas	33.990	16.007
Variação monetária de depósitos judiciais/impostos a compensar	24.965	30.727
Reversão outros riscos de crédito	7.335	-
Variação cambial	268	22
Outras	13.044	1.218
Total	98.889	47.974

Em virtude da incorporação do Banco Cetelem S.A. houve uma variação de R\$58.644 em 06.2024.



19.2 Outras Despesas Operacionais

Apresentamos abaixo a composição de outras despesas operacionais:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2024</u>	<u>30.06.2023</u>
Ações e Indenizações	58.405	-
Descontos concedidos em renegociações	14.324	-
Amortização de custos operacionais	19.321	-
Convênios	10.144	-
Perdão Dívida / Desconto	7.327	-
Baixas por determinações judiciais e fraudes	4.862	-
Comissão sobre fiança	1.551	2.851
Variação cambial	515	789
Outras	8.153	2.640
Total	124.602	6.280

Em virtude da incorporação do Banco Cetelem S.A. houve uma variação de R\$111.355 em 06.2024.

19.3 Resultado não Recorrente

Apresentamos abaixo a composição do resultado não recorrente:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2024</u>	<u>30.06.2023</u>
Lucro/(Prejuízo) líquido recorrente	(24.901)	108.591
Eventos não recorrentes	(30.542)	(1.613)
Perdão de dívida	(7.327)	-
Multas e juros sobre pagamentos em atraso	(162)	(1.349)
Ressarcimento de erros operacionais	(178)	(264)
Provisão/(reversão) para reestruturação de negócios	(21.417)	-
Provisão/(reversão) para despesas com colaboradores	(723)	-
Provisão/(reversão) para perdas operacionais	(261)	-
Reversão da provisão de despesa com transmissão de dados	2.965	-
Receitas/(despesas) não operacionais	(2.517)	-
Diversos	(922)	-
Lucro/(Prejuízo) líquido contábil	(55.443)	106.978

Em virtude da incorporação do Banco Cetelem S.A. houve uma variação em eventos não recorrentes de R\$21.562 em 06.2024.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e contribuição social são compostas conforme abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2024</u>	<u>30.06.2023</u>
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda, contribuição social e participações	91.052	199.567
(-) Participação dos empregados no lucro	(95.666)	(72.482)
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda, contribuição social e juros sobre capital	(4.614)	127.085
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	2.076	(57.188)
Ajustes decorrentes da legislação fiscal:		
Exclusões (adições) permanentes		
Resultado de equivalência patrimonial	2.884	89
Prejuízo fiscal - Compensação com base na Lei nº 14.689/23	(64.423)	-
Notas soberanas	-	25.357
Efeitos da majoração da alíquota da Contribuição Social - CSLL Diferida		
Receitas não tributáveis / Despesas indedutíveis, doações e incentivos (*)	8.618	11.635
Ajuste de anos anteriores	16	-
Total	(50.829)	(20.107)

(*) Inclui o efeito da majoração da alíquota da Contribuição Social conforme nota 3n.



21. OUTRAS INFORMAÇÕES

21.1 Compromissos, garantias e outras responsabilidades

O Banco, observando suas diretrizes de gerenciamento de riscos e considerando a conjuntura econômica atual e os riscos específicos de tais operações, constituiu provisão para perdas no montante conforme quadro abaixo e estão registradas em Outras Obrigações - Provisão para garantias prestadas.

"Rating"	Garantia Prestada							Total
	Fiança Bancária	"Performance bond"	Fiança de processos em juízo	"Advance payment bond"	Adiantamento de contrato	Pagamento de aluguel	"Bid bond"	
AA	3.604.265	2.925.748	2.715.743	76.623	386.374	95.639	623.955	10.428.347
A	1.017.925	60.004	186.583	-	3.132	1.851	-	1.269.495
B	1.127.645	66.645	24.413	-	8.788	10.159	-	1.237.650
C	-	1.850	960	-	-	-	-	2.810
Total 30.06.2024	5.749.835	3.054.247	2.927.699	76.623	398.294	107.649	623.955	12.938.302
PDD	38.910	9.065	8.593	188	1.146	450	1.528	59.880
Total 31.12.2023	5.069.902	3.459.852	2.812.196	68.806	413.715	91.275	617.748	12.533.494
PDD	37.551	12.137	9.672	168	2.014	352	2.802	64.696

21.2 Administração de recursos de terceiros

O Banco administra recursos de terceiros por meio de fundos de investimento e de carteiras administradas. O montante de recursos administrados totaliza R\$140.889.189 (R\$134.939.983 em 12.2023).

21.3 Operações vinculadas

As operações de crédito amparadas pela Resolução CMN nº 2.921/02 e normas posteriores estavam assim representadas.

Descrição	30.06.2024				31.12.2023
	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)		Ativo/(Passivo)
			Varição cambial	Juros	
Operação de crédito - Empréstimo	2.228.204	-	19.061	171.481	2.860.646
Empréstimos no exterior	-	2.227.925	54.971	122.505	2.860.646

21.4 Transações com partes relacionadas

21.4.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Banco é administrado por uma Diretoria formada por um Diretor-Presidente e Diretores. A remuneração atribuída à Diretoria no exercício representa benefícios de curto prazo de R\$17.569 (R\$12.092 em 06.2023) e benefícios de longo prazo de R\$3.455 (R\$1.712 em 06.2023). Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou remuneração em ações.

21.4.2 Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a Resolução CMN nº 4.818/2020 e CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado.

As transações com partes relacionadas nas empresas do Grupo BNP Paribas estão demonstradas, conforme quadro abaixo:

Descrição		30.06.2024		31.12.2023	30.06.2023
		Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Aplicação/Captação em Depósitos interfinanceiros		-	-	-	525.433
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	-	-	-	525.433
Aplicações em moedas estrangeiras		432.357	(406)	914.612	(5.915)
BNP Paribas - Paris	Controladora	415.714	(473)	913.983	(5.884)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	16.643	67	629	(31)
Aplicações/Obrigações em operações compromissadas		(3.640.074)	(157.818)	(2.873.425)	168.614
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(3.640.074)	(157.818)	(2.873.425)	164.912
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	-	-	-	3.702



Descrição		30.06.2024		31.12.2023	30.06.2023
		Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Carteira de câmbio		(433.180)	(493.496)	(31.488)	(97.119)
BNP Paribas - Paris	Controladora	(426.928)	(492.625)	(25.102)	(84.081)
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(1)	(2)	-	(40)
Grupo Arval	Parte Relacionada	-	52	-	(62)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(6.238)	(448)	(6.386)	(16.065)
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	(13)	(473)	-	3.141
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	-	-	-	(12)
Cotas de fundos de investimentos		2.796.383	242.794	5.143.590	(742.953)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	2.796.383	242.794	5.143.590	(742.953)
Depósitos a prazo		(111.741)	(5.532)	(68.647)	(1.351)
Cetelem América Ltda.	Controladora	-	-	(35.621)	-
Grupo Arval	Parte Relacionada	(85.904)	(4.282)	(8.910)	(1.316)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(1.159)	(42)	(646)	(35)
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(24.678)	(1.208)	(23.470)	-
Depósitos a vista		(87.726)	-	(64.525)	-
BNP Paribas - Paris	Controladora	(79.847)	-	(60.103)	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(88)	-	(66)	-
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(7.790)	-	(4.356)	-
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	(1)	-	-	-
Derivativos a Receber/ (a Pagar)		4.158.716	2.305.465	(2.139.533)	(1.176.985)
BNP Paribas - Paris	Controladora	(4.900)	(716)	(5.192)	2.963
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	4.163.616	2.306.181	(2.134.341)	(1.179.948)
Devedores/ Credores diversos		(19.259)	(18.564)	(19.035)	5.684
BNP Paribas - Paris	Controladora	593	743	593	550
Grupo Arval	Parte Relacionada	1.600	511	1.147	281
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	16.388	3.811	12.577	2.410
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	11.024	2.190	6.607	1.461
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(48.864)	(25.819)	(39.959)	982
Disponibilidade em moeda estrangeira		196.862	(324.004)	126.839	412.161
BNP Paribas - Paris	Controladora	(4.287)	22.953	92.819	33.144
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	201.149	(346.957)	34.020	379.017
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio a Pagar		(2.941)	-	(2.942)	-
BNP Paribas - Paris	Controladora	(2.941)	-	(2.247)	-
Cetelem América Ltda.	Controladora	-	-	(695)	-
Investimentos em controladas no País		167.539	6.408	164.363	197
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	30.996	2.564	31.664	197
BGN Mercantil e Serviços Ltda.	Controlada	136.543	3.844	132.699	-
Obrigações por empréstimos e repasses		(11.969.323)	(1.553.705)	(10.199.709)	255.539
BNP Paribas - Paris	Controladora	(11.234.954)	(1.471.766)	(9.433.517)	322.239
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(734.369)	(81.939)	(766.192)	(66.700)
Operações de Crédito		293.641	18.866	234.217	10.039
Grupo Arval	Parte Relacionada	149.869	10.507	149.940	10.039
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	73.681	4.154	-	-
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	70.091	4.205	84.277	-
Ordem de pagamento em moeda estrangeira		(2.834)	(67)	(199)	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(154)	(18)	(117)	-
Grupo Arval	Parte Relacionada	-	-	(81)	-
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	(2.680)	(49)	(1)	-



Descrição		30.06.2024		31.12.2023	30.06.2023
		Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Outras obrigações - Dívida Subordinada		(2.177.068)	(312.186)	(1.975.184)	114.772
BNP Paribas - Paris	Controladora	(2.177.068)	(312.186)	(1.975.184)	114.772
Resultado de Corretagem		-	4.800	-	(4.847)
BNP Paribas - Paris	Controladora	-	4.647	-	(4.842)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	-	153	-	(5)
Valores a Receber/ (a Pagar) de sociedades ligadas		(2.918)	-	(3.253)	-
BGN Mercantil e Serviços Ltda.	Controlada	(205)	-	(233)	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(2.713)	-	(2.650)	-
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	-	-	(300)	-
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	-	-	(70)	-

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial BNP Paribas, observa os princípios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.557/2017 e pelas suas atualizações publicada pelo Banco Central do Brasil em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida as regras e procedimentos para Gestão de Riscos e de Capital.

22.1 Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização em instrumento financeiro decorrente da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. Como contrapartes consideram-se o tomador de recursos, o garantidor e o emissor de título ou valor mobiliário adquirido. No Banco BNP Paribas, o risco de crédito é monitorado por duas áreas globais de gerenciamento de risco de crédito: RISK Corporate para clientes corporativos e RISK Markets and Financial Institutions ("RISK MFI") para clientes institucionais. A área de RISK Corporate atua de acordo com as políticas e procedimentos globais de crédito do Grupo BNP Paribas, e tem presença em São Paulo, com uma equipe reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil, em relação com sua responsabilidade por avaliar a interpretação e a implantação das normativas locais, bem como pelo acompanhamento das métricas e limites monitorados no Comitê de Riscos. RISK MFI segue os mesmos princípios da área de RISK Corporate.

22.2 Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, bem como eventos externos. Inclui-se, também, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco BNP Paribas Brasil, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo banco. A área responsável pelo monitoramento do risco operacional globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ORM (Operational Risk Management). Tem presença em São Paulo com um time reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil e é responsável por avaliar a interpretação e a implantação de normas do Grupo e normativas locais, bem como pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos. Da mesma forma como acontece com os demais riscos do BNPP, essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócios.

As diretrizes gerais de controles internos são definidas pelo Comitê de Controles Internos, denominado ICC (Internal Controls Committee), que também monitora a efetiva implantação das políticas.

Os principais riscos identificados pela área de RISK ORM e reportados em ICC, acompanhados nos fóruns de risco operacional por linhas de negócio e no fórum transversal de risco operacional (Primeira linha de defesa), também são monitorados no Comitê de Riscos do Conglomerado Prudencial, através de métricas e limites definidos na Declaração de Apetite por Riscos, RAS (Risk Appetite Statement).

22.3 Risco de Mercado

O risco de mercado pode ser definido como a variação no valor dos ativos financeiros que possam gerar perdas para instituição decorrentes da variação de parâmetros de mercado tais como cotações de câmbio, ações, commodities, taxas de juros e indexadores como os de inflação por exemplo. As atividades de negociação (trading) do Conglomerado são baseadas em uma abordagem voltada a intermediação e a formação de mercado para o cliente, aproveitando-se da presença global nas atividades com clientes Corporate e Institucionais, em conformidade com todas as leis e regulamentações, incluindo normas francesas (French Banking Law) e norte-americanas (Volcker Rule). O Conglomerado procura manter um nível de risco de mercado adequado com o modelo de negócios voltado ao cliente e restringe continuamente o nível de perda máxima por risco de mercado em um cenário de estresse. O Conglomerado tem também como objetivo a proteção contra incertezas na valorização de produtos complexos e de baixa liquidez, dado que esse tipo de risco é sensível em relação às mudanças na economia, tem limitada margem de manobra para mitigação e provavelmente um alto custo para sair da posição. Consequentemente, o Conglomerado procura garantir que os portfólios formados por instrumentos complexos tenham um nível de investimento gerenciável e uma concentração limitada.



22.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento da liquidez do conglomerado é feito pelo Comitê de Ativos e Obrigações (Assets and Liabilities Committee) denominado ALCO. A área de negócios responsável por operacionalizar as decisões do ALCO é a ALM Treasury (ALMT) baseada em São Paulo com reporte hierárquico ao Head do Território. A área responsável pelo monitoramento do risco de liquidez globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ALMT. Tem presença em São Paulo com uma equipe reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil e é responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativos locais relacionados a risco de liquidez e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de liquidez monitorados no Comitê de Riscos. Essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócio.

22.5 Política de Teste de Estresse

De acordo com a resolução BACEN nº 2/2020 art. 35 item I, apresentamos a seguir informações sobre ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

Natureza dos ativos e passivos envolvidos:

- carteira de negociação;
- derivativos na carteira bancária não sujeitos a *fair value hedge*;
- títulos públicos marcados a mercado na carteira bancária;
- exposição cambial líquida na carteira bancária (FXRBB);
- dívida subordinada em moeda estrangeira.

Cenários de estresse de valorização desses ativos:

São cenários validados como adversos e adequadamente severos de acordo com a governança de gerenciamento do risco de mercado do Banco, impactando de maneira simultânea os principais parâmetros de mercado sobre um período de 10 dias.

- Cenário de “Choque Positivo”: redução do USD spot em 12% e da volatilidade implícita do câmbio em 60%; redução de juros em BRL na curva até 2 anos em 180bps e na curva de 2 anos até 20 anos em 150bps; redução paralela na curva de cupom em 150bps; redução paralela na curva de cupom de IPCA em 150bps; e redução do spread dos bônus do tesouro em 25bps.
- Cenário de “Choque Negativo”: aumento do USD spot em 15% e da volatilidade implícita do câmbio em 300%; aumento de juros em BRL na curva até 2 anos em 300bps e na curva de 2 anos até 20 anos em 300bps; aumento paralelo na curva de cupom em 250bps; aumento paralelo na curva de cupom de IPCA em 300bps; e aumento do spread dos bônus do tesouro em 50bps.

Impactos dos cenários de estresse:

<u>Cenário</u>	<u>Impacto sobre resultados antes de impostos (milhões de BRL)</u>	<u>Impactos diretos sobre Capital (milhões de BRL)</u>
Choque positivo	(60)	106
Choque negativo	152	(300)

22.6 Outros Riscos Relevantes

Também são considerados Riscos Relevantes: risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (“banking book”), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição para os instrumentos classificados na carteira bancária; risco socioambiental, definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais; e risco de compliance. Os riscos considerados como relevantes são identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados.

23. GESTÃO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital abrange as instituições do Conglomerado Prudencial do BNP Paribas Brasil e é efetuada através do Comitê de Monitoramento de Capital.

Comitê de Monitoramento de Capital

A principal função do Comitê de Monitoramento do Capital é auxiliar as Diretorias Estatutárias no cumprimento de suas responsabilidades de gerenciamento de capital de cada Entidade e do Conglomerado. O CMC é coordenado pela área de Finance do Banco BNP Paribas, entidade líder do Conglomerado.



As atribuições do Comitê de Capital abrangem os itens a seguir:

- Monitorar e controlar o capital mantido pelo Conglomerado.
- Avaliar a necessidade de capital face aos riscos incorridos pelo Conglomerado.
- Recomendar anualmente às Diretorias:
 - Plano de capital de acordo com os objetivos estratégicos do Conglomerado.
 - Plano de contingência de capital.
- Incorporar resultados do programa de teste de estresse nos planos de capital.
- Propor recomendações sobre a Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital ao Comitê de Riscos.
- Validar anualmente a destinação de resultados a ser proposta ao *Group Finance - Gestion Financière* (matriz).
- Enviar para aprovação ou ao conhecimento da Diretoria Estatutária quaisquer fatos que os membros julgarem relevante bem como os requisitos regulatórios que necessariamente devem passar pela Diretoria Estatutária.

CAPITAL REGULATÓRIO - LIMITES DE BASILEIA

Segue demonstração do Capital Regulatório para atendimento do limite de Basileia.

	<u>30.06.2024</u>	<u>30.06.2023</u>
Patrimônio de Referência - PR (*)		
Nível I	4.652.051	4.755.484
Capital Principal	3.531.138	3.716.536
Capital Complementar	1.120.913	1.038.948
Nível II	1.037.185	901.210
Total PR	5.689.236	5.656.694
Exigibilidades para cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco		
De Crédito	22.252.078	22.570.349
De Mercado	6.726.077	6.609.078
Operacional	3.490.286	3.733.617
Ativos ponderados pelo risco	32.468.441	32.913.044
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	2.597.475	2.633.044
Margem em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	3.091.761	3.023.651
Índice da Basileia		
(PR/RWA)	17,5%	17,2%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	10,9%	11,3%
Índice do Nível I		
(NI/RWA)	14,3%	14,4%
(*) Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial.		

- O PR nível II - está composto por dívidas subordinadas de US\$100 milhões e US\$105 milhões, emitida em 22 de julho de 2020 e 14 de setembro de 2021, e aprovada pelo Bacen em 26 de janeiro de 2021 e 30 de novembro de 2021, respectivamente.
 - O PR nível I - Capital Complementar está composto por dívidas perpétuas de US\$118 milhões e US\$96 milhões, emitidas em 09 de dezembro de 2021 e 06 de dezembro de 2022, e aprovadas pelo Bacen em 05 de julho de 2022, em 17 de fevereiro de 2023, respectivamente.
- O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 1º de Agosto de 2024, o Banco BNP Paribas Brasil S.A. firmou contrato de cessão de direitos creditórios sem coobrigação e sem retenção substancial de riscos e benefícios para a totalidade da carteira de crédito consignado INSS e público.

CONTADOR

Marcelo Marques Sellan - CRC 1SP213451/O-8



São Paulo

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1909 | Torre Sul - 10º andar

São Paulo / SP | CEP: 04543-907

+55 11 3841-3100 | +55 11 2360-3100



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança